



Ata da trecentésima trigésima nona reunião do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, realizada aos dez dias do mês de fevereiro dois mil e vinte e um, na cidade de Conselheiro Lafaiete em caráter ordinário. Em função da pandemia e da necessidade de distanciamento social a reunião foi realizada por meio virtual. Tendo o quórum necessário o conselheiro Roberto apresentou a pauta da reunião. a conselheira Lourdes apresentou os números referentes ao COVID19 e destacou o boletim diário que está sendo emitido para que os conselheiros possam acompanhar, em tempo real a situação do município. O conselheiro Amarílio elogiou o trabalho realizado e informou que ficou mais fácil para o Conselho acompanhar as mudanças da situação. Foi lido o Parecer 001/2021 que analisou a prestação de contas hospital São Camilo referente a recursos disponibilizados através da Portaria 2.425 de 29 de agosto de 2019, referenciado no plano de trabalho aprovado pela Resolução CMSCL 138/2019. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Foi lido Parecer 002/2021, que analisou prestação de contas hospital Queluz referente a recursos disponibilizados através da Portaria 2.425 de 29 de agosto de 2019, referenciado no o plano de trabalho aprovado pela Resolução CMSCL 140/2019. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Foi lido parecer 003/2021, que analisou prestação de contas do Pro-hosp referente ao ano de 2019. O conselheiro Amarílio questionou o Conselho analisar o pro-hosp, uma vez que o Controle Social foi retirado do processo de avaliação. A conselheira Lourdes e o conselheiro Roberto informaram que, em função de iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, que envolveu o Ministério Público, ficou definido que cabe ao Conselho de Saúde avaliar a prestação de contas, uma vez que a assinatura do processo é realizada pelo Gestor municipal e a avaliação do Conselho dar segurança a ação do secretário municipal de saúde. a mesma ação foi realizada em relação a Rede Resposta. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Foi lido Parecer 004/2021, que analisou prestação de contas da Rede Resposta referente ao ano de 2019. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Foi abordado a complexa campanha de vacinação desenvolvida para o combate ao COVID19. A conselheira Lourdes informou que o município tem encontrado dificuldades de planejamento de vacinação uma vez que não existe, por parte do governo federal e do governo estadual, uma definição de número de vacinas a serem recebidas. Que o número é informado somente quando o veículo chega a Barbacena para receber as vacinas. O conselheiro Roberto disse achar que falta maior esclarecimento a população e isso tem gerado um ruído e que na segunda feira será realizada reunião com o grupo responsável pela vacinação para tentar melhorar essa comunicação. O conselheiro Roberto informou que o RAG referente ao ano de 2019 continua aguardando informações solicitadas a Controladoria do Município para que possa concluir sua análise. Informou que parte das informações já foram recebidas, mas que ainda restam outras importantes. Em relação a prestação de contas do hospital de campanha, o conselheiro Roberto informou que também estão sendo aguardadas informações da Secretaria de Fazenda sobre despesa com recursos do Fundo Municipal de Saúde. Quanto a prestação de contas dos leitos de UTI COVID-19 do Hospital e Maternidade São José, o conselheiro Roberto informou que está agendada uma reunião entre a Câmara Técnica e a Entidade para verificação de dúvidas que permaneceram quando da análise da documentação. Em relação a reforma da policlínica, o conselheiro Roberto informou que o recurso tem origem em emenda parlamentar e que deve ter um plano de trabalho deve ser apresentado. Informou ainda que já encaminhou Ofício a Secretaria Municipal de Saúde alertando para essa necessidade. O conselheiro Roberto ainda informou que em reunião do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Estadual de Saúde ficou deliberado que as Conferências de Saúde serão prorrogadas para o final do ano, em função da pandemia do COVID19. Que no mês de outubro será analisada a

possibilidade de realização das Conferências, podendo as mesmas serem adiadas para 2022. Houve orientação para que o Controle Social foque suas atividades de planejamento no Plano Municipal de Saúde e no planejamento de quatro anos (PPA). Contudo, a orientação é para que os Conselhos trabalhem para a ocorrência do PPA tão logo tenha ocorrido a modificação nos PMS em função das Conferências de Saúde. Também foi Deliberado pela Plenária, seguindo Deliberação do Conselho Estadual de Saúde a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros pelo prazo de até 12 meses. A justificativa para a ação é a dificuldade que entidades têm tido para se reunir. Ficou ainda deliberado que em outubro a Mesa Diretora irá avaliar a situação para nova apresentação à Plenária. Também ficou Deliberado que não existe necessidade de modificações na constituição ou reformulação do Conselho de Saúde. Além do momento não ser ideal, a Plenária entende que a representação da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Conselheiro Lafaiete não se justifica. Representantes do Hospital São Camilo apresentaram argumentações para justificar a necessidade de retorno dos funcionários para o prédio onde o hospital funciona e atualmente funciona como hospital de campanha. Segundo os representantes, o Hospital Maternidade São José poderia atuar como único ponto de apoio para o COVID19, o que liberaria o Hospital São Camilo. Ainda informaram que se sentem traídos pelo município que não cumpriu o acordado. O Conselheiro Amálio interrogou sobre acordo entre o Hospital, o Município e o grupo /amigos da Saúde, que teria gerado contrato em sua posse. A gerência do hospital negou e disse que não procede. A conselheira Lourdes informou que não houve traição alguma e que o termo de ocupação do prédio deixava claro os prazos de ocupação. Ainda disse que foi oferecido a administração do hospital a volta para o prédio para que pudessem assumir todo o processo de gerenciamento do hospital de campanha e que o hospital recusou. Os representantes informaram que o motivo da recusa foi que o Hospital São Camilo não tem conseguido recursos para se manter uma vez que seus atendimentos foram reduzidos a um mínimo. Também alegaram que o local onde estão no hospital Queluz não apresenta condições adequadas. Ficou definido que o Conselho realizará visita in loco para avaliar as condições em que está o hospital São Camilo. Tendo atingido o horário regimental, a reunião foi encerrada e o presente ata será lavrada e, após lida e aprovada, será assinada por todos. Conselheiro Lafaiete, dez de fevereiro de 2021.